

6º Exame de Ordem - 1ª fase - 1998

Direito Civil

1. Quanto ao instituto da CONFISSÃO, pode-se afirmar que:

- (a) Dar-se-á quando uma das partes admitir a verdade de um fato, desde que não contrarie seu interesse;
- (b) A CONFISSÃO, assim como o RECONHECIMENTO JURÍDICO DO PEDIDO, são meios de prova que determinarão sempre a extinção do processo com julgamento do mérito;
- (c) A CONFISSÃO poderá ser judicial ou extrajudicial;
- (d) A CONFISSÃO poderá operar-se por meio de advogado legalmente constituído, desde que a procuração seja conferida por instrumento público ou, se por instrumento particular, outorgue poderes da *cláusula ad-judicia* para o foro em geral.

2. O CPC define a citação como sendo o ato pelo qual chama a juízo o réu ou o interessado, a fim de se defender (art. 213). Dentre as assertivas abaixo elencadas, assinale a que se apresenta incorreta.

- (a) Para a validade do processo, é indispensável a citação inicial do réu;
- (b) A citação deverá ser feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado;
- (c) A citação pessoal do réu é elemento indispensável ao regular prosseguimento do processo judicial;
- (d) As modalidades de citação previstas no CPC são: via postal (pelo correio), por oficial de justiça (através de mandado) ou por edital.

3. A morte de uma das partes e o indeferimento da petição inicial pelo juiz são, respectivamente, casos de:

- (a) Suspensão do processo / extinção do processo sem julgamento do mérito;
- (b) Suspensão do processo / extinção do processo com julgamento do mérito;
- (c) Extinção do processo sem julgamento do mérito / suspensão do processo;
- (d) Extinção do processo com julgamento do mérito / extinção do processo sem julgamento do mérito.

4. Os atos do juiz no processo consistem em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Considerando tal afirmativa, pode-se dizer que:

- (a) Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa;
- (b) Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, desde que se manifeste sobre o mérito da causa;
- (c) Nas decisões interlocutórias o Juiz resolve questões incidentais no curso do processo, as quais poderão ser combatidas por meio de recurso de apelação;
- (d) Nas decisões interlocutórias o Juiz resolve questões incidentais, pondo termo ao processo, sendo o Agravo o recurso cabível contra tais decisões.

5. Nos contratos de promessa de venda, são requisitos legais para que o contrato atribua aos compromissários direito real oponível a terceiros:

- (a) Que tenha oponibilidade *erga omnes* e o direito de adjudicação compulsória, desde que não seja realizado por instrumento particular;
- (b) Que seja por instrumento público devidamente inscrito no RGI, contenha cláusula de irretratabilidade, que tenha preço, que seja imóvel e, se for o caso, tenha outorga uxória;
- (c) Possua cláusula de arrependimento, seja por instrumento particular e contenha cláusula de irretratabilidade;
- (d) Que o preço seja pago à vista, por instrumento público e tenha registro no RGI.

6. Considerando o lugar do pagamento, não dispondo de forma expressa a convenção entre as partes, pode-se dizer que pelo direito brasileiro:

- (a) A presunção é que o pagamento seja quesível, devendo o devedor ser procurado pelo credor;
- (b) A presunção é que o devedor ofereça o pagamento ao credor no domicílio deste;

- (c) O devedor sempre pagará onde o credor indicar, podendo mudar constantemente;
- (d) A opção do lugar de pagamento sempre caberá somente ao devedor.

7. A novação, o compromisso e o perdão, são institutos jurídicos relacionados diretamente a:

- (a) Cumprimento estrito do contrato avençado;
- (b) **Forma de extinção das obrigações sem pagamento;**
- (c) Possibilidade permanente de modificação das relações jurídicas;
- (d) Renovação judicial dos contratos.

8. Presumem-se legítimos os filhos nascidos na constância do casamento, podendo esta legitimidade ser elidida por contestação:

- (a) Pelos herdeiros em qualquer hipótese;
- (b) Por qualquer interessado, bastando a ocorrência comprovada do adultério;
- (c) **Cabe privativamente ao marido o direito de contestar;**
- (d) Pelos ascendentes em linha direta.

Direito Penal

9. Rosa Flores vai ao seu escritório de advocacia, tendo em vista ter recebido uma correspondência, com aviso de recebimento, que a intimava a comparecer ao IX Juizado Especial Criminal, no dia 23 de maio de 1998, para a realização de uma audiência preliminar.

Ao final da mencionada narrativa, a Sra. Rosa faz a seguinte pergunta: "O que são infrações penais de menor potencial ofensivo?"

Você, então, responderá corretamente que:

- (a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei nº 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine a pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial;
- (b) **Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei nº 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine a pena máxima não superior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial;**
- (c) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, de acordo com a Lei nº 9.099/95, todas as contravenções penais e todos os crimes a que a lei comine a pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano;
- (d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo de acordo com a Lei nº 9.099/95, somente os crimes a que a lei comine a pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

10. O Promotor da 20ª Vara Criminal oferece denúncia contra Loyola Alves, afirmando, para tanto, ter ele praticado o delito de falsidade ideológica. No entanto, após a instrução criminal, restou demonstrado que o acusado teria apenas transcrito, num formulário da empresa que era funcionário, informações provenientes de um documento falso, sem, entretanto, saber da existência da referida falsidade. Escolha a alternativa correta:

- (a) Loyola cometeu o delito de falsidade ideológica;
- (b) **Loyola não cometeu o delito de falsidade ideológica, por ausência de dolo na sua conduta;**
- (c) Loyola cometeu o delito de falsidade documental;
- (d) Loyola cometeu os delitos de falsidade ideológica e documental.

11. Policiais Civis, durante uma investigação criminal, exigiram de Pedro Medo vantagem indevida, consubstanciada na importância de R\$ 100.000,00, sob a ameaça de envolvê-lo como receptador no inquérito policial, caso a referida quantia não fosse paga. Qual foi a infração penal

praticada pelos policiais?

- (a) Os policiais cometeram o delito de extorsão;
- (b) Os policiais cometeram o delito de ameaça;
- (c) Os policiais cometeram o delito de concussão;
- (d) Os policiais não cometeram nenhum dos delitos acima arrolados.

12. Após acirrada discussão, Edmundo Valência ameaça Antonio Pedro dizendo que iria matá-lo. Inicialmente, Antonio Pedro não levou a sério a referida ameaça. No entanto, sete meses após o fato e amedrontado com a má reputação de Edmundo, o ofendido resolve tomar as medidas legais adequadas ao caso. O que poderá ser feito legalmente contra Edmundo?

- (a) Nada poderá ser feito contra Edmundo, pois decaiu o direito de representação do ofendido;
- (b) Nada poderá ser feito contra Edmundo, pois decaiu o direito de queixa do ofendido;
- (c) O ofendido poderá oferecer representação contra Edmundo pelo delito de ameaça;
- (d) O ofendido poderá oferecer queixa-crime contra Edmundo, pela prática do delito de ameaça.

13. José Carlos Crimoso foi denunciado pela prática do delito de roubo. O Juiz recebe a denúncia e determina a citação do acusado.

Posteriormente, a citação de José Carlos é feita por edital, posto não ter sido ele encontrado pessoalmente. Como deverá proceder o Juiz em face da hipótese acima:

- (a) Determinar a suspensão do processo e do curso prescricional;
- (b) Determinar somente a suspensão do processo;
- (c) Determinar somente suspensão do curso prescricional.
- (d) Decretar a revelia do acusado, seguindo o processo sem a sua presença.

14. Paulo Francisco é condenado pela prática do delito de homicídio. No entanto, durante o andamento do processo, a defesa do acusado mostrou-se deficiente. Pergunta-se: A deficiência da defesa do acusado constitui:

- (a) Nulidade absoluta, sendo o prejuízo do acusado presumido;
- (b) Nulidade relativa, devendo o prejuízo do acusado ser demonstrado;
- (c) Mera irregularidade;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

15. De acordo com o procedimento sumaríssimo, previsto para as infrações penais de menor potencial ofensivo, o interrogatório do acusado é realizado:

- (a) Após a oitiva das testemunhas de acusação e defesa e antes dos debates orais;
- (b) Após o recebimento da denúncia e antes da oitiva das testemunhas;
- (c) Após os debates orais finais;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. O promotor de justiça denuncia Rogério Raaal pela suposta prática do delito de estelionato. A acusação ministerial estribou-se em peças de informação, não sendo, portanto, realizado o inquérito policial, já que presentes nas mencionadas peças o suporte mínimo probatório necessário ao oferecimento da denúncia. Escolha a alternativa incorreta:

- (a) A denúncia pode ser estribada em tais peças de informação;
- (b) O inquérito policial é prescindível ao oferecimento da denúncia;

- (c) A denúncia foi oferecida corretamente, já que demonstrada, pelo promotor, a causa provável;
- (d) Todas as respostas acima estão corretas.

Direito Trabalhista

17. Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado:

- (a) Em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício;
- (b) Em licença remunerada, durante o prazo desse benefício;
- (c) Em afastamento por gozo de férias;
- (d) Em licença por motivos particulares.

18. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, far-se-ão através de perícia a cargo de:

- (a) Médico do trabalho ou engenheiro do trabalho;
- (b) Perito contador;
- (c) Perito administrador;
- (d) Por prova oral.

19. A suspensão do empregado, por mais de 30 dias consecutivos importará em:

- (a) Advertência;
- (b) Rescisão injusta do contrato de trabalho;
- (c) Licença não remunerada;
- (d) Licença por motivos particulares.

20. O prazo para interpor perante os Tribunais Regionais do Trabalho, Recurso de Reservista é de:

- (a) 48 horas a partir da data da publicação do acórdão;
- (b) 5 dias a partir da data da publicação do acórdão;
- (c) 8 dias a partir da data da publicação do acórdão;
- (d) 15 dias a partir da data da publicação do acórdão.

21. Ressalvando comissões, percentagens e gratificações, o pagamento do salário, qualquer seja a modalidade do trabalho:

- (a) Não deve ser estipulado por período superior a um mês;
- (b) Pode ser estipulado prazo de 60 dias para efetuar o pagamento;
- (c) Pode ser pago com prazo de 40 dias;
- (d) Pode ser quitado com prazo de 90 dias.

22. Da improcedência da reclamação trabalhista, perante à Junta de Conciliação e Julgamento, cabe recurso de:

- (a) Agravo e Petição;
- (b) Recurso Ordinário;
- (c) Embargos à Execução;
- (d) Recurso de Revista.

Direito Comercial

23. A venda ao público de ações emitidas pela S.A., depende de autorização:

- (a) Da Bolsa de Valores;
- (b) Do Banco Central;
- (c) Da C.V.M.;
- (d) Do Conselho Fiscal da S.A.

24. O juiz pode nomear pessoa que não seja credora, para a função de síndico quando:

- (a) O falido fizer a indicação;
- (b) For ele o requerente da falência;
- (c) O comissário for destituído;
- (d) Ocorrerem três recusas sucessivas de credores nomeados.

25. Parte do lucro líquido atribuído a cada ação é conceito:

- (a) Do capital;
- (b) Da própria ação;
- (c) Do debênture;
- (d) Do dividendo.

26. Época do vencimento, valor, assinatura do emitente, promessa de pagamento, cláusula à ordem, data e local da emissão, são requisitos:

- (a) Do cheque;
- (b) Da nota promissória;
- (c) Da duplicata;
- (d) Da letra de câmbio.

Direito Tributário

27. São modalidades de lançamento do crédito tributário:

- (a) Direto ou de ofício, por arbitramento e por presunção;
- (b) Por arbitramento, por presunção e por estimativas;
- (c) Direto ou de ofício, por declaração e por homologação;
- (d) Por arbitramento, por estimativa e por presunção.

28. Não depende de lei:

- (a) A extinção de tributos;
- (b) A concessão de isenção, anistia ou remissão;
- (c) A cominação de penalidade pecuniária para infrações à legislação tributária;
- (d) A atualização do valor monetário da base de cálculo.

29. A ação para cobrança do crédito tributário está sujeita a prazo:

- (a) Decadencial de 5 (cinco anos), contados do primeiro dia do exercício civil seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado;
- (b) Prescricional de 180 (cento e oitenta) dias, contados da inscrição do crédito tributário na dívida ativa;
- (c) Prescricional de 20 (vinte) anos, contados do vencimento do prazo para pagamento;

(d) Prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

30. A prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual é fato gerador de imposto de competência:

- (a) Dos Municípios;
- (b) Dos Estados e do Distrito Federal;
- (c) Da União;
- (d) Concorrente.

Direito Internacional

31. A Autoridade competente para determinar a instauração de inquérito para expulsão de estrangeiro pertence:

- (a) Ao Supremo Tribunal Federal;
- (b) Ao Poder Executivo;
- (c) Ao Superior Tribunal de Justiça;
- (d) Ao Congresso Nacional.

32. Entende-se por ratificação, o ato pelo qual:

- (a) O Superior Tribunal de Justiça confirma uma convenção internacional;
- (b) A Corte Internacional de Justiça promulga um acordo internacional;
- (c) O Congresso Nacional aprova um acordo internacional, após analisar seu conteúdo;
- (d) O Presidente da República desaprova um tratado internacional.

33. As sentenças estrangeiras:

- (a) Terão sempre eficácia no Brasil, se houver acordo de reciprocidade com o país de origem, independentemente de qualquer outra medida;
- (b) Jamais poderão ser executadas no Brasil, sob pena de ferirem a soberania nacional;
- (c) Só terão eficácia no Brasil se forem homologadas pelo Supremo Tribunal Federal;
- (d) De divórcio não podem ser homologadas no Brasil.

34. O estrangeiro que deseja ingressar no Brasil NA CONDIÇÃO DE ESTUDANTE, necessita do seguinte visto de entrada:

- (a) Turismo;
- (b) Trânsito;
- (c) Cortesia;
- (d) Temporário.

Direito Constitucional

35. A doutrina tradicional conceitua Constituição, em sentido jurídico, como sendo "o conjunto de regras concernentes à forma do Estado, à forma do governo, ao modo de aquisição e exercício do poder, ao estabelecimento dos seus órgãos, aos limites de sua ação". Pode-se deduzir, deste enunciado, que é correta a afirmativa:

- (a) As regras que cogitam desses elementos integram a denominada Constituição formal do Estado;
- (b) As disposições que tratam desses elementos perfazem o que se denomina de cláusulas pétreas ou núcleo irreformável da Constituição;
- (c) Todas as regras, cuja matéria estiver nesse rol, são constitucionais e formam a denominada Constituição material do Estado;
- (d) A Constituição escrita do Estado é integrada, apenas, por normas materialmente constitucionais.

36. Em tema de intervenção:

- (a) A União não intervirá no Distrito Federal e nem nos Municípios localizados nos Estados, exceto quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados nas respectivas Leis Orgânicas;
- (b) O Estado e o Distrito Federal não intervirão em seus próprios Municípios, exceto para pôr termo a grave comprometimento de ordem pública;
- (c) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, dentre outras hipóteses autorizadas, garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- (d) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados no Distrito Federal, exceto para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.

37. Assinale a opção correta:

- (a) A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal pode ser proposta, somente, pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Procurador-Geral da República;
- (b) A inconstitucionalidade por omissão decorre de uma conduta omissiva do legislador constituinte;
- (c) Cabe controle de constitucionalidade, por via de ação direta, de lei ou ato normativo municipal em face das Constituições estadual e federal;
- (d) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

38. Com pertinência ao processo legislativo:

- (a) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos;
- (b) As medidas provisórias, adotadas pelo Presidente da República, perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes;
- (c) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal;
- (d) O veto parcial poderá atingir a parte de artigo, de parágrafo de inciso ou de alínea.

39. Admitida a acusação contra o Presidente da República, será ele submetido a julgamento, nos crimes de responsabilidade, perante:

- (a) A Câmara dos Deputados;
- (b) O Supremo Tribunal Federal;
- (c) O Senado Federal, funcionando como Presidente o do Supremo Tribunal Federal;
- (d) O Congresso Nacional em sessão conjunta.

40. De acórdão denegatório em *habeas corpus*, decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, cabe:

- (a) Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (b) Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça;
- (c) Recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (d) Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

Direito Administrativo

41. O desfazimento do ato administrativo pode dar-se mediante:

- (a) Revogação apenas pelo Judiciário;
- (b) Anulação apenas pela Administração;
- (c) Anulação ou revogação pela Administração;
- (d) Anulação ou revogação pelo Judiciário.

42. A realização pela Prefeitura da implosão, na Barra da Tijuca, do edifício Palace, que ameaçava ruína iminente, configurou a ocorrência de um:

- (a) Ato administrativo de política urbana;
- (b) Ato material ou fato administrativo;
- (c) Ato administrativo de polícia estética;
- (d) Ato administrativo de polícia edilícia.

43. A declaração de interesse social para fins de desapropriação tem prazo de decadência de:

- (a) 5 anos;
- (b) 5 anos, renováveis;
- (c) 10 anos, não renováveis;
- (d) 2 anos.

44. O complexo do Maracanã (estádio, ginásio, parque aquático etc.), cujo uso para eventos esportivos é remunerado, é um bem público:

- (a) De uso comum do povo;
- (b) Patrimonial;
- (c) De uso especial;
- (d) Dominical.

Deontologia Jurídica

45. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi nomeado e empossado no cargo de Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Quanto ao exercício da advocacia e a OAB-RJ, como fica a situação daquele Advogado?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ, ficando, porém, proibido de advogar apenas contra a Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, que o remunera;
- (c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, por consequência, não poderá mais exercer a advocacia;
- (d) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que estiver ocupando o cargo de Secretário de Justiça.

46. Em razão de procedimento indevido do Autor no curso de um processo cível, o respectivo Advogado resolve não continuar representando aquele Cliente (o referido Autor) no processo.

Pergunta-se: Qual o procedimento correto daquele Advogado no caso exposto?

- (a) Abandonar a causa do Autor, porque este não é mais digno do patrocínio daquele Advogado;
- (b) Procurar um colega (Advogado) e subestabelecer ao mesmo todos os poderes que lhes foram outorgados pelo Autor;
- (c) Renunciar ao mandato e continuar representando o Autor durante os 10 (dez) dias subsequentes à notificação da renúncia, se necessário

for;

(d) Renunciar ao mandato e continuar representando o Autor durante os 15 (quinze) dias subseqüentes à notificação da renúncia, se necessário for.

47. Para que uma Sociedade de Advogados adquira personalidade jurídica e, assim, possa funcionar regularmente, é imprescindível:

- (a) Que registre o seu Contrato Social no Conselho Seccional da OAB;
- (b) Que registre o seu Contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (c) Que registre o seu Contrato Social na Junta Comercial;
- (d) Que registre o seu Contrato Social no Conselho Seccional da OAB. e no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

48. Um Advogado, mesmo sabendo que o empregado, dispensado sem justa causa, havia recebido do empregador todas as verbas resilitórias que lhe eram devidas, aceitou procuração daquele empregado e ingressou com Reclamação Trabalhista pleiteando o pagamento das mesmas verbas já recebidas.

Pergunta-se: Como se denomina tal procedimento daquele Advogado?

- (a) Tergiversação;
- (b) Patrocínio Infiel;
- (c) Lide Temerária;
- (d) Repetição do Indébito.

49. O Advogado José da Silva - que tem seu domicílio profissional no Rio de Janeiro e está inscrito apenas na OAB-RJ - foi contratado por uma grande empresa de Vitória-ES e quer advogar constantemente também no Estado do Espírito Santo.

Pergunta-se: Poderá fazê-lo?

- (a) Não, porque só pode advogar no Estado do Rio de Janeiro;
- (b) Só poderá fazê-lo se realizar uma Inscrição Suplementar na OAB-ES;
- (c) Só poderá fazê-lo se transferir sua inscrição para a OAB-ES;
- (d) Poderá fazê-lo apenas com a inscrição principal na OAB-RJ sem estar inscrito na OAB-ES.

50. Após concluir seu trabalho profissional (patrocínio de uma Reclamação Trabalhista na 42ª J.C.J. do Rio de Janeiro), o Advogado chama o Reclamante, seu Cliente, para a prestação de contas e cobrança dos honorários que com ele contratou, por escrito. O Cliente esquiva-se do pagamento dos honorários devidos, mas exige do Advogado a devolução de documentos que entregou a este para a propositura da Reclamação.

Pergunta-se: O que pode fazer aquele Advogado para receber os honorários que lhe são devidos, no caso presente?

- (a) Promover a execução dos honorários contratados, nos mesmos autos da ação em que atuou representando aquele cliente;
- (b) Promover a execução dos honorários contratados, em processo autônomo;
- (c) Propor Ação de Prestação de Contas, em face daquele cliente;
- (d) Propor Ação de Cobrança de Honorários, pelo Rito Sumário, em face daquele cliente.